

PMT/SMG/DL/FTJ/019/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

PROCESSO Nº.: 031/2020

DISPENSA Nº.: 016/2020

VALOR: R\$ 125.000,00

"TERMO DE CONTRATO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE CONSUMO DA FROTA MUNICIPAL POR MEIO DE SISTEMA INTEGRADO COM CARTÕES OU CHIPS RFID EM REDES DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, NA FORMA ABAIXO":

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 05.340.639/0001-30, e Inscrição Estadual nº. 623.051.405.115, com sede na Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 03 - Centro Apoio II, Alphaville, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor **Jardel Javarini Boneli**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 1.778.882 - SSP/ES, CPF nº 093.400.297-55, simplesmente, denominada **CONTRATADA**, tem entre si, como justo e contratado o que segue, com fulcro no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é **contratação de empresa especializada em serviços de controle de consumo da frota municipal por meio de sistema integrado com cartões ou chips rfid em redes de postos de combustíveis**, nas quantidades de acordo com as requisições expedidas pelas Secretarias solicitantes.

1.2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.

1.3. A quantidade prevista tem caráter meramente estimativo para o período a ser registrado.

CLÁUSULA SEGUNDA DO REGIME DE EXECUÇÃO

2. A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, em regime de prestação de serviços (controle de consumo da frota municipal).

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**.

3.1. O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo do bem e ou serviço, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

3.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.3. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

3.4. Os pagamentos serão efetuados mediante a entrega total dos itens contidos no empenho.

3.5. Somente serão efetuados pagamentos ao contratante que não possua dívida de qualquer espécie e/ou natureza junto à Fazenda Municipal de Tarumã.

CLÁUSULA QUARTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

4. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas no ANEXO I, até o limite permitido pela legislação vigente (25%) serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

5. Os preços cotados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.1. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato.

5.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente contratado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Contrato.

5.3. Durante o prazo de validade deste Contrato, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dele poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Contrato preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas decorrentes com a realização deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.03.00 – 04.122.0021.2114 – 3.3.90.39 – **149** – Serviços Ter. P. jurídica - **R\$ 85.000,00**
02.04.00 – 12.361.0034.2071 – 3.3.90.39 – **322** – Serviços Ter. P. jurídica - **R\$ 10.000,00**
02.04.00 – 12.361.0034.2073 – 3.3.90.39 – **324** – Serviços Ter. P. jurídica - **R\$ 15.000,00**
02.04.00 – 12.364.0034.2072 – 3.3.90.39 – **350** – Serviços Ter. P. jurídica - **R\$ 15.000,00**

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA E CLÁUSULA RESOLUTIVA

7. O presente Instrumento de Contrato terá vigência a partir do dia 12 de fevereiro de 2020 à 11 de março de 2020.

7.1. De acordo com o inciso IV, art. 24 da Lei. 8.666. “nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”;

7.2 O prazo de vigência deste contrato deverá ser de até 30 dias a contar da assinatura do mesmo, ou até advir nova contratação via licitação referente ao objeto supracitado.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto contratado;

8.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora do Contrato;

8.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material/serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.5. A contratante sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

8.6. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica a servidora pública municipal, Sra. Fernanda Kill da Silva, portador da Cédula de Identidade (RG)nº. 25.478.327-2 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 158.796.498-81, designada a atuar na função de Gestora do Contrato.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. Prestar o serviço contratado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este contrato, e em consonância com o Preço cotratado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

9.2. Manter, durante toda a Vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

9.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

9.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

9.6. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente contrato, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

9.7. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

9.8. Os serviços deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no contrato.

9.9. Os serviços deverão ser realizados por profissionais e por meios habilitados.

9.10. Os serviços serão avaliados pela secretaria solicitante, e se constatada falta de alguma característica ou especificação incompleta, a proponente será notificada, sob pena de rescisão contratual em caso de faltas reiteradas.

9.11. Todo e qualquer serviço fora do estabelecido neste contrato ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à contratada, que ficará obrigada a refazer prontamente os mesmos, correndo por sua conta e risco tais realizações sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas no contrato.

9.12. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO E MULTA

10. O contrato será rescindido no caso de infringência de quaisquer das cláusulas acordadas e demais casos previstos na legislação, ressalvando, no entanto à parte prejudicada, o direito de exigir o devido cumprimento e ressarcimento.

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº. 775/2006, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:

10.2 Pelo atraso injustificado na execução do objeto deste contrato;

a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;

10.3 Pela Inexecução parcial ou total do contrato:

a) advertência;

b) multa de até 10% sobre o valor homologado;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas “c” e “d” do subitem 3.2.2 desta cláusula determina a necessária publicação no Diário Oficial do Estado;

10.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;

10.5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

10.6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras “a”, “d” e “c” do subitem 3.2.2. desta cláusula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Presidente da Comissão Municipal de Licitação. O recurso deverá ser entregue à Comissão Municipal de Licitação, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, a Comissão poderá reconsiderar e prover o pedido.

10.7 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

12. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regida pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, ficando eleito o

foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as duas (2) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã SP, 31 de janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Contratante

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
JARDEL JAVARINI BONELI
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Fernanda Kill da Silva
RG nº. 25.478.327-2 SSP/SP

2. _____
Fabio Alexandre Chenou
RG nº 30.994.100-3 – SSP/SP

PLANILHA DE REFERÊNCIA - CONTRATO Nº. 019/2020
PROCESSO Nº.: 031/2020 - DISPENSA Nº.: 016/2020

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VL. TOTAL
1	1	Mês	SERVIÇOS DE CONTROLE DE CONSUMO DA FROTA MUNICIPAL POR MEIO DE SISTEMA INTEGRADO EM REDES DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS	R\$125.000,00

PLANILHA DE PREÇO			
Preço estimado total, sem taxa de administração		R\$125.000,00	
Taxa de administração (*) (3) = (1) x (2)		0,00% (2)	R\$ - (3)
Preço estimado total mensal (4) = (1) + (3)		R\$ 125.000,00 (4)	

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO Nº.: 019/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE CONSUMO DA FROTA MUNICIPAL POR MEIO DE SISTEMA INTEGRADO COM CARTÕES OU CHIPS RFID EM REDES DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 31 de janeiro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Fernanda Kill da Silva

Cargo: Assessor Técnico

CPF: 158.796.498-81 RG: 25.478.327-2 – SSP/SP

Data de Nascimento: 16/01/1974

Endereço: Avenida dos Lírios, nº 1308 - Vila das Árvores, Tarumã/São Paulo.

E-mail institucional: fernandas@taruma.sp.gov.br

E-mail pessoal: fernandas@taruma.sp.gov.br

Telefone: (18) 3329-1472

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: Oscar Gozzi

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 403.647.128-72 RG: 4.758.458-0

Data de Nascimento: 06/10/1950

Endereço: Rua das Acácias, n.º 125, Tarumã/São Paulo.

E-mail institucional: gabinete@taruma.sp.gov.br

E-mail pessoal: novotempo2027@gmail.com

Telefone(s): (18) 3373-4500

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA:**

Nome: Jardel Javarini Boneli

Cargo: Representante legal

RG nº. 1.778.882 - SSP/ES, CPF nº 093.400.297-55

Data de Nascimento: 19/03/1983

Endereço: Rua Venezuela, nº210, Jardim Santa Clara, Hortolândia/São Paulo.

E-mail institucional: jardel.boneli@primebeneficios.com.br

E-mail pessoal: jardel.boneli@primebeneficios.com.br

Telefone: (19)98127-4566

Assinatura: _____